



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil, às nove horas e vinte minutos, realizou-se a Sétima Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, sob a Presidência do Excelentíssimo Ministro Presidente Wagner Pimenta, presentes os Excelentíssimos Ministros Almir Pazzianotto, Vice-Presidente, Ursulino Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, José Luiz Vasconcellos, Vantuil Abdala, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen e João Batista Brito Pereira, o Excelentíssimo Subprocurador-Geral do Trabalho, Doutor José Alves Pereira Filho, e a Diretora-Geral de Coordenação Judiciária, Doutora Luzia de Andrade Costa Freitas. Justificadamente, deixaram de comparecer à sessão os Excelentíssimos Ministros Francisco Fausto, João Oreste Dalazen, Gelson de Azevedo e Ives Gandra da Silva Martins Filho. Havendo *quorum*, o Excelentíssimo Ministro Presidente declarou aberta a sessão destinada ao encerramento do primeiro semestre do ano dois mil, cumprimentou os presentes e franqueou a palavra a seus pares. Não havendo quem dela quisesse fazer uso, o Excelentíssimo Ministro Presidente submeteu à apreciação de seus pares as indicações das autoridades a serem agraciadas com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Debatida a matéria, o Colegiado aprovou a Resolução Administrativa nos termos assim estabelecidos: "**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 710/2000 - CERTIFICO E DOU FÉ** que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.mo Ministro Presidente Wagner Pimenta, presentes os Ex.mos Ministros Almir Pazzianotto Pinto, Vice-Presidente, Ursulino Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, José Luiz Vasconcellos, Vantuil Abdala, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, João Batista Brito Pereira e o Ex.mo Subprocurador-Geral do Trabalho, Doutor José Alves Pereira Filho, RESOLVEU, por unanimidade: I- aprovar, na conformidade do artigo 16 do Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, a relação nominal dos agraciados e promovidos, apresentada pelo Conselho da Ordem; II- acrescer à referida relação as indicações apresentadas pelos Ex.mos Ministros Wagner Pimenta, José Luiz Vasconcellos e Ursulino Santos, respectivamente, a Ex.ma Dr.s Geraldina Pedrosa, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, e os Dr.s José Granadeiro Guimarães e Alino da Costa Monteiro, advogados." Na sequência, o Excelentíssimo Ministro Presidente distribuiu ao Colegiado proposta de modificações à Instrução Normativa nº 14. Ouvidas as sugestões dos Excelentíssimos Ministros, aprovou-se, nos termos a seguir consignados, a "**RESOLUÇÃO Nº 95/2000 - CERTIFICO E DOU FÉ** que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.mo Ministro Presidente Wagner Pimenta, presentes os Ex.mos Ministros Almir Pazzianotto Pinto, Vice-Presidente, Ursulino Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, José Luiz Vasconcellos, Vantuil Abdala, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, João Batista Brito Pereira e o Ex.mo Subprocurador-Geral do Trabalho, Doutor José Alves Pereira Filho, acolhendo proposta formulada pelo Ex.mo Ministro Presidente Wagner Pimenta, RESOLVEU, por unanimidade, alterar a Instrução Normativa nº 14, editada pela Resolução nº 80/98, publicada no Diário da Justiça de 10 de julho de 1998, que regulamenta a emissão de Carteira de Identidade de Magistrado da Justiça do Trabalho, passando a vigorar com a redação a seguir transcrita: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14 - Aprova modelo de Carteira de Identidade de Magistrado da Justiça do Trabalho, as instruções para sua emissão e dá outras providências - Art. 1º - A Carteira de Identidade de Magistrado da Justiça do Trabalho será emitida pelas Presidências do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante a assinatura do respectivo

Presidente e aposição da chancela do Tribunal. Art. 2º - A Carteira de Identidade confere ao seu titular as prerrogativas do cargo ocupado outorgadas por lei. Parágrafo único - A carteira a ser adotada pelos Órgãos da Justiça do Trabalho, com as características e textos do modelo aprovado, conterá: I - Armas da República; II - órgão emissor; III - fotografia em 3x4 do titular; IV - assinatura do titular; V - número do registro; VI - nome completo do titular; VII - cargo; VIII - data da posse; IX - naturalidade; X - data de nascimento; XI - filiação; XII - número da carteira de identidade civil; XIII - número no cadastro de pessoas físicas; XIV - número do título eleitoral; XV - local e data de emissão; e XVI - assinatura e cargo da autoridade emissora. Art. 3º - A Carteira de Identidade de Magistrado será numerada seqüencialmente, com registro em livro próprio de cada Tribunal e nos assentamentos funcionais do titular. Art. 4º - A nomenclatura dos cargos a ser inscrita em vermelho na tarja verde-amarela da carteira obedecerá: I - no Tribunal Superior do Trabalho: a - Ministro; II - nos Tribunais Regionais do Trabalho: a - Juiz; III - nas Varas do Trabalho: a - Juiz do Trabalho; b - Juiz do Trabalho Substituto. Art. 5º - Os representantes classistas remanescentes e inativos terão suas carteiras emitidas nos termos da Instrução Normativa nº 14, na redação original, publicada no Diário da Justiça de 10 de julho de 1998. Parágrafo único - Constarão na tarja verde-amarela das carteiras dos representantes classistas inativos o cargo em que foi concedida a aposentadoria e o termo "inativo". Art. 6º - Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da sua publicação. Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário." Prosseguindo, o Excelentíssimo Ministro Wagner Pimenta distribuiu a seus pares o relatório das atividades judiciárias e administrativas referentemente ao primeiro semestre do ano em curso. A respeito, ponderou o Excelentíssimo Ministro Almir Pazzianotto Pinto sobre a média dos julgamentos realizados por esta Corte e convidou seus colegas a fazerem uma reflexão sobre as razões que levam o Tribunal Pleno a ter uma média baixa de processos julgados. Sua Excelência colocou-se à disposição dos senhores ministros para quaisquer sugestões que vierem a ser feitas. A seguir, o Excelentíssimo Ministro Almir Pazzianotto Pinto solicitou que ofícios comunicando a eleição e posse da administração desta Corte para o biênio dois mil a dois mil e dois fossem expedidos para as autoridades mais destacadas do país, sendo informado pelo Excelentíssimo Ministro Wagner Pimenta que as formalidades a esse respeito já foram cumpridas, conforme tradicionalmente feito nesta Corte. Prosseguindo, o Excelentíssimo Ministro Presidente propôs que fossem retirados de pauta os processos judiciais e matérias administrativas remanescentes para serem reincluídos em pauta oportunamente, tendo sido aprovada a seguinte Resolução Administrativa: "**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 711/2000 - CERTIFICO E DOU FÉ** que o Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Ex.mo Ministro Presidente Wagner Pimenta, presentes os Ex.mos Ministros Almir Pazzianotto Pinto, Vice-Presidente, Ursulino Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, José Luiz Vasconcellos, Vantuil Abdala, Ronaldo Lopes Leal, Rider Nogueira de Brito, José Luciano de Castilho Pereira, Milton de Moura França, Carlos Alberto Reis de Paula, Antônio José de Barros Levenhagen, João Batista Brito Pereira e o Ex.mo Subprocurador-Geral do Trabalho, Doutor José Alves Pereira Filho, RESOLVEU, por unanimidade, retirar de pauta os processos judiciais e matérias administrativas remanescentes, bem assim os que tiveram o seu julgamento suspenso nos Órgãos Judicantes desta Corte, reincluíndo-os na pauta de julgamento das primeiras sessões do semestre judiciário seguinte." Ato contínuo, pediu a palavra o Excelentíssimo Ministro José Luciano de Castilho, que assim se manifestou: "Como esta é a derradeira participação de Vossa Excelência presidindo o Plenário deste Tribunal, eu gostaria de ler um pequeno improviso que escrevi, e o fiz para ser rápido, preciso, e dizer a Vossa Excelência o seguinte: se me fosse dado resumir em uma única palavra a postura de Vossa Excelência como Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, eu diria simplesmente que Vossa Excelência foi um servidor. O servidor é aquele que serve, nunca o que é servido, e os que ocupam cargos

mais altos, mais servidores precisam ser, seguindo a melhor lição evangélica. E foi assim que Vossa Excelência sempre agiu, simples, incansavelmente disponível, obstinado na conquista dos objetivos, bastante turrão para honrar as origens mineiras, mas extraordinariamente tolerante e compreensivo também como herança indelével das terras de Minas. Eu poderia também acrescentar que Vossa Excelência sempre se mostrou profundamente humano. Mas o que é um homem humano? Riobaldo, nas últimas palavras nos 'Grandes Sertões', disse que Diabo não há, o que existe é um homem humano. O que é um homem humano na visão de Guimarães Rosa? Heloísa Vilhena Araújo, estudando o 'Universo Roseano', afirma que o homem humano seria, nesse caso, detentor do livre arbítrio, o ente que conhece os contrários, as diversas alternativas de ação e que pode escolher entre elas. O ente que lembra suas ações passadas e seus resultados e que conhece, que antecipa os resultados possíveis de suas ações presentes e futuras. O homem humano é aquele que tem consciência do tempo. Aquele que, na sua liberdade de escolha, introduzida pela razão, tem a capacidade de observar o curso dos acontecimentos e de mudá-lo, transformando o tempo em história. É exatamente nesse sentido que reafirmo que Vossa Excelência foi marcadamente humano. Vossa Excelência teve a consciência do tempo e, nele, percebeu que a Justiça do Trabalho corria risco jamais imaginado. Vossa Excelência transformou o tempo em história e mudou o curso dos acontecimentos, liderando a luta vitoriosa pela preservação e fortalecimento da Justiça do Trabalho. Por ter sido servidor e humano, Vossa Excelência marcou sua presença neste Tribunal e na história do Poder Judiciário brasileiro. É o que deveria dizer a Vossa Excelência, quando se aproxima o final do seu mandato, como Presidente deste Tribunal. Quero dizer que essas palavras também são do Ministro Ives Gandra, que pediu para que eu dissesse também que era em nome dele que estou falando e para dizer que Deus guarde Vossa Excelência, como também o Ministro Almir Pazzianotto, que, a partir de 1º de agosto, estará ocupando o lugar de Vossa Excelência. Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente." Em seguida, por sugestão do Excelentíssimo Ministro José Luiz Vasconcellos, a sessão pública foi transformada em Conselho. Reaberta a sessão, usou da palavra o Excelentíssimo Ministro Almir Pazzianotto Pinto, nos seguintes termos: "Senhor Presidente, esta é a última sessão, e o Ministro Vantuil Abdala aventou a possibilidade de cumprimentarmos Vossa Excelência. Havia me reservado para fazê-lo no momento da transmissão, mas, como será feito, vou me incorporar para não parecer que estou me omitindo. Sinto prazer em dirigir algumas palavras a Vossa Excelência. Faça-o com sinceridade, emoção, expressando pensamento sincero. Ministro Wagner Pimenta, quando Vossa Excelência tomou posse como Procurador Geral do Trabalho, dada pelo Ministro Fernando Lira, na Justiça, dias antes, eu tomava posse como Ministro. E, considerando o momento, os dias da posse e incorporando, a esses dias de recomposição do Governo da República, o instante da posse de Vossa Excelência, é importante frisar que assumimos nossas respectivas funções em momento de grande crise. Este dado talvez seja o mais marcante na vida de Vossa Excelência. Situações diferentes, mas igualmente relevantes. Como Procurador-Geral do Trabalho, Vossa Excelência e a Procuradoria contribuíram para administração de período dos mais difíceis desta fase da vida nacional que se iniciou com o Governo dos Presidentes Tancredo Neves e José Sarney. Foram dois ou três anos, sem dúvida alguma, os mais turbulentos, porque o Estado havia renunciado ao exercício da força para contenção dos movimentos populares e entregou essa questão à administração do Ministério do Trabalho, da Justiça do Trabalho e da Procuradoria do Trabalho, que atuaram sincronizadamente. Foi, neste período, que conheci Vossa Excelência. Estabelecemos grande vínculo de amizade, muito próximo, e a partir daí que viemos para o TST; eu, na qualidade de ex-Ministro do Trabalho e Vossa Excelência como ex-Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, sem nenhum hiato. O Ministro Wagner Pimenta e eu fomos sabatinados no mesmo dia pelo Senado Federal. Nossa nomeação saiu com poucos dias de diferença, porque ainda permaneci algumas horas no Ministério do Trabalho. Sua Excelência é mais antigo do que eu por questão circunstancial, mas ambos viemos praticamente juntos, caminhamos quase que de mãos dadas ao tempo da Procuradoria-Geral, do Ministério e na transição para o Tribunal Superior do Trabalho; nesta viagem suave antecedida por caminhada difícil, acidentada, na Procuradoria e no Ministério. E, aqui, galgamos posições, muito lentamente, como é de hábito na Justiça. Na vida política, a carreira pode se fazer aos saltos, no Judiciário, não, pela própria natureza da Instituição. De maneira muito natural sucedo o Ministro Wagner Pimenta. Viemos juntos. Ele era Vice-Presidente e eu era Corregedor-Geral. Ele foi Presidente e eu o Vice-Presidente. Serei o Presidente e ele será o decano. Tudo se encaixa de maneira muito harmoniosa. E o Ministro Wagner Pimenta teve, durante este biênio, a enorme responsabilidade de defender as muralhas do Judiciário trabalhista contra o assédio de invasores. E o fez com rara galhardia. Eu lia no jornal de hoje notícia sobre o falecimento do grande ator shakespeariano, Vittorio Gassman. A no-

tícia diz que atuou na película 'O Incrível Exército de Brancalione'. O que mais ficou na memória desse grande ator italiano foi o "Exército de Brancalione". Embora ele tenha feito outros filmes monumentais, como 'Perfume de Mulher', em branco e preto, antes de Al Pacino. É a primeira versão. Isto aqui não era um 'Exército de Brancalione' mas poderia até ser assemelhado porque éramos muito poucos, sem nenhum poder político, sem mídia, sem imprensa, sem o eco das nossas manifestações, mas conduzido por um cavaleiro, que não foi o da triste figura, como Dom Quixote. Foi um grande cavaleiro, foi um grande gentil homem o nosso Ministro Wagner Pimenta. Vou divergir do meu mestre de sempre, o Professor José Luiz Vasconcellos. Na biografia do Ministro Wagner Pimenta, aquele incidente passageiro de Florianópolis não figurará. O que estará presente na biografia do Ministro Wagner Pimenta é alguma legenda dizendo que no momento mais difícil da Instituição, ele, revestido de armadura pobre mas fulgurante, empunhando enorme lança, defendeu-nos a todo custo e a todo preço, não permitindo que nossas muralhas fossem ultrapassadas. Pelo contrário, ele as ergueu ainda maiores do que foram em qualquer época da nossa História. O Ministro Wagner Pimenta, com seu espírito plácido, com sua bonomia, com sua vocação para o canto lírico, para a poesia, homem sempre preocupado com a sorte dos funcionários da Casa, um lado humano demasiadamente, excessivamente vulnerável, o Ministro Wagner Pimenta vai ficar com a sua imagem estampada. Nem precisa de fotografia para ser lembrado porque estará na lembrança de todos nós, de todos os trabalhadores e empregadores brasileiros como um símbolo de paz, de concórdia, de conciliação, que soube fazer de dois anos muito difíceis etapa extremamente vitoriosa." Logo após, pronunciou-se o Excelentíssimo Ministro Vantuil Abdala: "Senhor Presidente, minhas palavras, em primeiro lugar, dirigem-se ao Ministro Ursulino Santos, porque sei que já foi alvo de homenagens em outras sessões, mas eu ainda não tinha tido essa oportunidade. O Ministro Ursulino Santos foi quem ocupou o cargo de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, neste último biênio e, como ressaltado pelo Ministro Almir Pazzianotto, em um momento muito delicado da nossa História. E se houve com toda a coragem que nós todos admiramos. Não se intimidou, em nenhum momento, diante daquilo que seu espírito de justiça lhe ditava. Teve sempre a grandeza de enfrentar as questões mais graves e delicadas de peito aberto, como é de seu feito, nunca se escondendo atrás de interpretações dúbias, e isto só revelou o acendrado amor que Sua Excelência tem por esta Justiça e seu grande respeito pelo Poder Judiciário como um todo. Já quase ao crepúsculo de sua carreira, deixou marca indelével neste último cargo que ocupou e, com certeza, fez história. Eu não poderia deixar de fazer este registro nestes momentos finais de sua gestão como Corregedor à frente da Justiça do Trabalho, como não poderia, também, deixar de fazer referência ao Vice-Presidente, Ministro Almir Pazzianotto, que, seja como for, termina também sua gestão. Embora Sua Excelência seja o Presidente eleito, termina sua gestão como Vice-Presidente. Como tal atuou simultaneamente, substituindo, ora como Presidente, ora como Corregedor. E o fez sempre com grande espírito de colaboração, o que é mais importante entre nós, sempre secundando as ações do Presidente e do Corregedor, quando necessário. Mais do que isto: o Ministro Almir Pazzianotto assumiu a Presidência da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais e encarnou a figura do verdadeiro magistrado. Para mim, foi notória a preocupação que Sua Excelência teve com aquilo que penso ser a função precípua do Tribunal Superior do Trabalho, que é a uniformização da jurisprudência, a tal ponto que, muitas vezes, naquela azáfama da Presidência, Sua Excelência não se esquecia, quando, por acaso, poderia passar despercebido a alguns de nós, de solicitar que se registrasse o precedente para que se observasse a jurisprudência. Sua Excelência teve cuidado especial com o número de processos julgados. Fizemos, muitas vezes, sessões extraordinárias, quando não acabávamos a pauta da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, e isso reflete o número de julgamentos feitos, embora com os afazeres em outras áreas, mas sempre esteve presente às sessões e com muito empenho nesse objetivo. Era o registro que merecia ser feito. Por fim, Senhor Presidente, com relação a Vossa Excelência, sempre tive um defeito muito grande que, a esta altura da vida, não tem mais jeito, que é a desorganização, a indisciplina. Não fosse isso, teria elaborado algo para dizer a Vossa Excelência com mais propriedade. Mas ao dizer de logo deste defeito, ressalto um outro de Vossa Excelência: tenho-lhe muita admiração pela serenidade com que soube conduzir as sessões desta Corte. É algo muito difícil, é uma virtude que admiro muito. Rezo sempre para aprender a ter essa tranqüilidade, essa calma, essa compreensão, essa magnanimidade, que é indispensável a todo líder, a todo condutor. Vossa Excelência foi alvo de muitas homenagens, inúmeras, dos mais variados segmentos ligados à Justiça, homenagens que significaram o reconhecimento pelo seu trabalho à frente desta Justiça. Homenagens de servidores, advogados, de Presidentes de Tribunais Regionais e de Juizes de primeiro grau; homenagens muitas vezes inusitadas. Elas todas falam por si. No entanto, considere

indispensável que houvesse uma expressão dos membros da Corte, porque, afinal de contas, este é o reconhecimento institucional. Daí por que não poderia deixar, Senhor Presidente, de fazer este registro e dizer a Vossa Excelência que pode ter a consciência tranqüila de quem cumpriu o dever no momento tão difícil da História, não só da Justiça do Trabalho, mas do Poder Judiciário como um todo. Não acho apropriado fazer comparações com outras gestões, cada uma tem lá suas dificuldades e todas elas tiveram grandes méritos. Ouvi da boca de Vossa Excelência que, talvez por designios de Deus, foi o escolhido para empunhar a espada no momento que mais esta Justiça em sua História precisou de defesa. E o fez com denodo, com galhardia, como um verdadeiro general. Não se pôs atrás da tropa a dar ordens mas à frente dela, diretamente no campo de batalha, estimulando a que todos nós fôssemos para o combate. Com certeza, fomos vitoriosos. Embora a guerra não tenha acabado, mas muitas foram as vitórias em muitas dessas batalhas e com certeza chegará ao final com o sucesso que já se desenha no horizonte. Era apenas isso, Senhor Presidente, que eu desejava dizer, para não alongar mais: registrar os cumprimentos a Vossa Excelência pela sua atuação como Presidente e o meu especial reconhecimento." Na continuidade, assim se manifestou o Excelentíssimo Ministro Ursulino Santos: "Senhor Presidente, quero associar-me a todos os que já usaram da palavra anteriormente a respeito da atuação de Vossa Excelência. Não direi mais nada, porque os Ministros José Luiz Vasconcellos, Almir Pazzianotto, José Luciano de Castilho e Vantuil Abdala já expressaram tudo o que poderia ser dito. Na parte que me refere, com relação às palavras do Ministro Vantuil Abdala sobre a prudência que costumou ter, quero dizer que acredito no Salmo 23: 'O Senhor é meu Pastor e nada me faltará'. Muito obrigado." Na seqüência, o Excelentíssimo Ministro Ronaldo Lopes Leal usou da palavra: "Senhor Presidente, muito brevemente, porque, de fato, a sessão está se prolongando. Muito jovem, tive muitos contatos com o Tribunal Superior do Trabalho - era Presidente da AMATRA do Rio Grande do Sul, depois, Presidente da ANAMATRA e Vice da AMB - e, confesso, que muitas daquelas composições do Tribunal, sem nenhuma crítica, não eram meu ideal de Magistrado. Aquele modelo de Tribunal de muitos anos atrás, efetivamente não era meu modelo de Tribunal. Eu não tinha inspiração nenhuma de integrá-lo. Hoje, Senhor Presidente, destaco a dignidade deste Tribunal, a reconquista deste, de uma reputação que fica absolutamente a salvo de qualquer crítica que se possa fazer. O Tribunal Superior do Trabalho, hoje - não estou criticando absolutamente ninguém - atingiu um patamar de Corte verdadeira, digna. Um Tribunal de que nos podemos vangloriar, ter orgulho: é isto que sinto hoje. Tenho muito orgulho de integrar este modelo de Tribunal. Vossa Excelência soube encarnar essa dignidade. O que tenho a dizer é que, graças a Deus, temos, hoje, um Tribunal resgatado, respeitado e que o será ainda mais. Senhor Presidente, isto consagra uma administração. Destacarei outros traços de Vossa Excelência que são fundamentais, como a tolerância, a compreensão, o fato de poder administrar com todas nossas idiossincrasias. Somos todos diferentes, temos nossas peculiaridades, que nem sempre coincidem com o que Vossa Excelência pensa. Mas Wagner Pimenta sabia ouvir e, muitas vezes, sabia atender; quando não fosse desarrazoado, Wagner Pimenta sabia atender. Senhor Presidente, creio que todos já disseram muito a respeito de Vossa Excelência e eu ia fazer minhas as palavras do Ministro José Luciano de Castilho, mas Sua Excelência não quis incluir-me, incluiu apenas o Ministro Ives Gandra Filho, que não se encontra presente. Parabéns a Vossa Excelência. Estou feliz de estar aqui." Prosseguindo, assim se expressou o Excelentíssimo Ministro Rider Nogueira de Brito: "Senhor Presidente, endosso e subscrevo tudo quanto foi escrito e dito a respeito de Vossa Excelência. Digo que, na minha opinião e tenho certeza de que de todos - até porque foi objeto de muitos comentários entre nós -, Vossa Excelência superou as minhas e as nossas melhores expectativas. Agradeço a Deus que pudesse ser Vossa Excelência a pessoa à frente deste Tribunal neste momento histórico tão difícil por que passamos e ainda estamos a passar. Tenho, tantas vezes, falado com meus Colegas, especialmente aqueles de primeiro e segundo grau que, hoje, este Tribunal tem uma composição de Magistrados profissionais. A sua maioria é composta de Magistrados de carreira. Os Magistrados de carreira - e me tomo como exemplo - têm certa dificuldade em se conduzir nos meandros da política, nos meandros do poder. Nós, de modo geral - eu, talvez, mais do que todos -, vivemos encastelados, reclusos, muito fechados em nós mesmo. E quis Deus que, nesta oportunidade, em que a maioria de nós que tem esta característica, este Tribunal pudesse estar presidido por Vossa Excelência, um Magistrado profissional e que não sendo Magistrado de carreira pôde ter todo este desempenho, toda esta fleuma e, ao mesmo tempo, toda essa energia, toda essa segurança, e, para usar uma expressão muito comum em nosso linguajar, todo este 'jogo de cintura', que, com certeza, eu e muitos de nós não teríamos, pela nossa própria formação de Magistrado de carreira, com tantos e tantos anos habituados e talhados para este tipo de atividade. Mas é assim que são as coisas, não sabemos por que elas acontecem mas Ele sabe porque assim acontecem. E tenho somente a agradecer a Vossa Excelência e a Deus de

nos ter proporcionado a presença de Vossa Excelência à frente desta Corte e desta Instituição, neste momento tão difícil por que passamos e ainda estamos a passar. Muito obrigado. Que Deus o abençoe." A seguir, a palavra foi concedida ao Excelentíssimo Ministro Milton de Moura França: "O Ministro Ursulino Santos fez uma citação de um Salmo e creio que quem teria condições, evidentemente, para entrar nesta seara, seria não apenas o Ministro Ursulino Santos mas também o nosso teólogo, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Veio-me, até porque foi quase um padre e eu o ouvi atentamente, à memória um ensinamento que colhi, certa oportunidade, de um ser realmente privilegiado: 'Desta vida, somente se leva o que se doou e não o que se acumulou.' A intransigência, vaidade, petulância e arrogância são típicas daqueles seres humanos que ainda estão um pouco atrasados. Elas giram em torno daqueles que o cercam sempre acumulando, sempre com a visão de receber e nunca doar. A vida tem demonstrado - e, ainda, recentemente os jornais têm noticiado - que todas aquelas pessoas que não procuram ser simples, estar próximos ao sofrimento daqueles que com eles convivem, aqueles que carecem de um pouco de bondade, de desprendimento, enfim, aqueles que fazem da vaidade o seu carro-forte, e não a humildade, ficam sempre sozinhas e nos momentos mais difíceis de suas vidas. Vossa Excelência pode se considerar um homem evoluído, não apenas culturalmente, mas no sentido cristão. Vossa Excelência deu uma demonstração, utilizando todo seu conhecimento, toda sua vivência, quando aqui na direção deste Tribunal, deu uma conotação humana sem a quebra da autoridade, do respeito. Vossa Excelência se portou como um homem humilde e por isso mesmo, quando termina agora o mandato, pode-se colocar na posição deste filósofo, o qual permito-me não declinar o nome, que ao final de sua passagem, pôde olhar-se de frente para o espelho e dizer: 'Eu doei muito. Estou partindo carregado de reconhecimento, de amizade, da certeza do dever cumprido.' Mais do que isto, Vossa Excelência deixou o seu nome registrado, de forma indelével, no coração de todos aqueles que compartilharam de sua presença, da sua amizade. Estes sim são aqueles que vão lhe dar a maior recompensa ao fazerem suas orações, nos seus eternos pensamentos positivos. Repito: se Vossa Excelência estivesse apenas amalhado, estaria só neste momento. Mas Vossa Excelência está com todos aqueles que o cercaram e, principalmente, com a sua consciência e com Deus. Muito obrigado." Ato contínuo, manifestou-se o Excelentíssimo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula: "Senhor Presidente, subscrever apenas essas manifestações, eu estaria cumprindo o meu dever de coração, mas não estaria atendendo a um impulso que sai de mim. O Ministro Milton de Moura França fez referência a alguns estudos, os quais honradamente fiz. Aqui, vi citado o Antigo Testamento: Jericó, Salmo 23. Poderia até continuar ainda no Antigo Testamento conversando e dizer que Vossa Excelência nos lembrou, talvez, Moisés conduzindo um povo cheio de esperança que queria um novo mundo. Não teve medo inclusive perante o mar que se abriu ante sua crença. Não vou ficar no Antigo Testamento. Prefiro ir ao Novo Testamento e descobrir uma das figuras mais importantes, a meu ver, do Cristianismo, que é São Paulo e pedir emprestadas as palavras, a meu ver, definitivas, que, creio, Vossa Excelência poderia repetir cheio de humildade: '*bonum certamen certavit cursum consumavit*'. 'Combati o bom combate, cumprí minha missão.' E, como São Paulo, Vossa Excelência poderia dizer que cumpriu a missão, porque foi fiel ao ministério, na medida em que guardou uma Instituição, que Vossa Excelência colocou como definitiva, que é a Justiça do Trabalho, na medida em que há amor e fez expandir, e na medida em que fez desenhar com contornos definitivos essa imagem. Como em São Paulo, Vossa Excelência aprendeu, na sua lição aos Coríntios, que ainda que tivesse tudo, nada seria se não tivesse o amor, e Vossa Excelência deu exemplo de presença de que as coisas só se constroem no amor. Por quê? Uma das características fundamentais de Vossa Excelência é essa capacidade de ouvir, essa plasticidade corporal e espiritual que se revela apenas como manifestação mais profunda do amor. Daí por que a administração de Vossa Excelência se caracterizou por aquilo que nós, cristãos, chamamos partilha. Vossa Excelência deu exemplo de cristianismo e, assim, vou me permitir fazer uma ressalva: em vez de agradecer a Vossa Excelência, agradeço a Deus por tê-lo colocado a nossa frente." Em seguida, assim se manifestou o Excelentíssimo Ministro João Batista Brito Pereira: "Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem. Conheço Vossa Excelência desde que aqui militava como advogado e Vossa Excelência era o Procurador-Geral, quando já ostentava a sua serenidade, a sua energia, e, em um segundo capítulo, passei a admirar Vossa Excelência desde o dia dois de maio de mil novecentos e oitenta e oito, quando tomei posse no cargo de Procurador do Trabalho, sob sua orientação, quando Vossa Excelência ainda era Procurador-Geral do Trabalho. Guardo na lembrança, com orgulho, as palavras de Vossa Excelência, falando que éramos o Ministério Público do futuro. E o Ministério Público do futuro também chegou a beneficiar-se da bondade e da energia de Vossa Excelência como Presidente da Corte. Depois, Senhor Presidente, que tomei posse no Ministério Público, vivi o interesse e torci para que Vossa Excelência viesse para o Tribunal Superior do Trabalho, em 1988 ainda, e rezei para que desse

certo, rezei por Vossa Excelência, e Vossa Excelência sabe disso, porque sabia que Vossa Excelência viria para cá para cultivar a vocação pela Magistratura. Tenho acompanhado o Magistrado que é Vossa Excelência, sereno e enérgico, homem bom e modesto. Orgulho-me muito, Senhor Presidente, de estar aqui hoje no Tribunal, para me integrar às manifestações que Vossa Excelência recebe, às expressões de reconhecimento por tudo que tem feito para a Justiça do Trabalho. Orgulho-me mesmo, e peço a todos que aqui se expressaram, que me permitam subscrevê-las, porque são verdadeiras e todas elas merecidas. Portanto, Senhor Presidente, Ministro Wagner Pimenta, receba também, do caçula do Tribunal, o reconhecimento." Logo após, assim se pronunciou o Excelentíssimo Doutor José Alves Pereira Filho, Subprocurador-Geral do Estado: "O Ministério Público do Trabalho não poderia, por meio deste modesto Procurador, deixar de se associar às merecidas e inteligentes palavras aqui endereçadas ao Ministro Wagner Pimenta, como Presidente, ao Ministro Almir Pazzianotto, como Vice-Presidente, deixando sua gestão, e ao Ministro Ursulino Santos. Registrando, gostaria de ratificar *in totum* e subscrever." Na continuidade, o Excelentíssimo Ministro Wagner Pimenta expressou seus agradecimentos nos termos assim consignados: "Só me resta agradecer as belíssimas manifestações que aqui recebi a todos os Colegas, e foram todos que usaram da palavra, ao ilustre Subprocurador-Geral do Trabalho, Doutor José Alves Pereira Filho, aqui representando o Ministério Público. Ministro Ursulino Santos, também repito todas as manhas as palavras do Salmo 23. Ocorre que, sem permissão alguma, permiti-me alterar o que escreveu o salmista. Então, repito: 'O Senhor é nosso pastor. Nada nos faltará'. E, talvez por isto, por repetir estas palavras com fé, convicção, como também repito as do 'Pai Nosso', principalmente naquela parte que se refere a perdoar os nossos semelhantes', porque aí se fixa também a medida do perdão que nos será concedido, é que eu esteja, hoje, ouvindo tão belas manifestações de todos aqui presentes. Gostei muito do que lembrou o Ministro Almir Pazzianotto, dos nossos tempos no Governo do ilustre Presidente José Sarney. Desde aquele tempo, trabalhando junto com Sua Excelência, embora subordinado ao Ministério da Justiça, porque o Ministério Público do Trabalho naquele tempo não tinha autonomia, muitas vezes eu cumpria aquilo que considerava que, se não fossem ordens do Ministro Almir Pazzianotto, pelo menos eram suas intenções e seus propósitos. E sempre tive por Sua Excelência uma grande admiração e simpatia, principalmente porque era um homem atencioso, que sabia conduzir muito bem o Ministério e nos dar orientações precisas. Sua Excelência nos recebia em seu Gabinete com a maior cordialidade e simpatia. Não me esqueço daqueles momentos difíceis, porque, no dia em que eu estava tomando posse, nem pude completar a cerimônia; fui chamado pelo Ministro imediatamente para resolver um problema de greve e, no Gabinete do Ministro Fernando Lira, peguei uma máquina de escrever para produzir um documento. Foram tempos realmente difíceis em que as greves, que antes sufocavam, passaram a aflorar em grande número e demandaram de todos nós muito trabalho. O Ministro José Luciano de Castilho, na sua bela saudação, também subscreta pelo Ministro Ives Gandra Filho, que hoje não está aqui, está em Maceió, teve a bondade de dizer que encarno a figura do servidor. E mesmo que não possamos dizer que os resultados tenham sido tão plenos, mas isso sempre refletiu o meu propósito, que é o de prestar serviços. Entendo que é para isso que estamos aqui. E se acha que sou um homem humano, isso, além de ser próprio da nossa condição, vem também do aprendizado, da vivência e, principalmente, do que aprendemos de bom com os colegas, com as pessoas que nos cercam. É preciso que mantenhamos com perseverança a nossa observação do mundo e das pessoas. O grande cientista Isaac Newton disse uma vez: 'Eu pude ver mais longe, porque estava sobre o ombro de gigantes.' Posso parafrasear esta frase de Newton: eu pude fazer alguma coisa na Presidência desse Tribunal porque estava de mãos dadas com criaturas gigantescas, de grande poder mental, de grande força e de grande personalidade. Quero reverter o que disse o Ministro José Luiz Vasconcellos, que não vou precisar de retrato. Não. Vocês é que não vão precisar de um retrato naquelas coisas que guardo com amor, porque guardarei perenemente a expressão destes colegas que tenho aqui e daqueles que já se foram, como os Ministros Barata Silva e Orlando Teixeira da Costa, que hoje vivem na presença do Criador. Guardarei dos prezados amigos todos os traços, os sorrisos amáveis, às vezes até as expressões de indignação. Guardarei deles as suas maneiras de se expressarem, os seus tons de voz, às vezes brincalhões, às vezes serenos, às vezes irados, às vezes justamente zangados. São lembranças que guardarei. Lembro aqueles que mencionaram o amor; sabem que só com amor podemos construir. Às vezes penso que o amor e o buraco tem alguma semelhança, pois quanto mais deles tiramos, maiores eles ficam. Aqueles que mencionaram as homenagens que recebi, quero dizer que as recebi com humildade e sempre as transferi a esse Tribunal e aos colegas, dos quais julguei-me sempre um mero representante. Às vezes, um intermediador de forças divergentes, procurando obter uma composição, mas sempre como representante dos meus colegas. O Ministro Vantuil Abdala repetiu alguma coisa que disse ter ouvido de mim: 'Fui só um instrumento.' Isto até me lembra uma passagem de Fernando Pessoa, naquela monumental obra 'Mensagem', quando diz: 'O homem desce o olhar à espada em sua mão colocada e fica perplexo, porque não sabe o que fazer.' Mas o poeta completa: 'Ergueste-a e fez-se.' Isso, porque realmente somos instrumentos sujeitos aos de-

sígnios de Deus, todos nós, porque só ele conhece em toda a plenitude a obra que nos designou. O que temos de fazer nesse mundo e a nós compete é procurar qual o rumo que está escrito no livro da eternidade e cumprir esses desígnios, para que cada vez mais nos aperfeiçoemos e nos aproximemos da figura daquele que nos criou. Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, continuaremos combatendo o bom combate enquanto Deus nos permitir. Desse período em que estive na Presidência, digo de coração aberto, aliás como sempre foi o meu, que não levo nenhuma mágoa. Só levo grande contentamento, recordações felizes e uma gratíssima surpresa, Ministro Rider de Brito, a de, segundo dizem Vossas Excelências, ter dado certo. Eu também não esperava isso, também me questionei como fiz a vida inteira: meu Deus, por que eu nesta hora? Meus colegas têm muito mais conhecimento do que eu, muito mais experiência, conhecem muito mais o Judiciário do que eu, que não conheço aqueles meandros de que se assenhorearam aqueles que são juízes de carreira. Tudo foi produto de circunstâncias e de desígnios que nem sempre nos são dados a conhecer. Ministro Rider de Brito, Vossa Excelência e outros mencionaram serenidade. Lembro que a serenidade conquistamos com determinação e prática. Tudo na vida é aprendizado. A serenidade é aprendizado, o amor é aprendizado, porque muitas vezes amamos - pode isso até ter acontecido com Vossas Excelências - e não encontramos as condições de expressar este amor. Às vezes, ficamos tolhidos e inibidos. Isto faz parte do aprendizado: pensar e dizer que amamos as pessoas, por que assim agimos. Seguimos o princípio bíblico, Ministro Milton de Moura França, de que somos todos irmãos, procedentes do mesmo tronco. O Ministro José Luciano de Castilho citou o espírito mineiro, dos escritores mineiros. Vou lembrar o que dizem os alemães: 'Alles hat ein Ende. Nur die Wurst hat Zwei.' Ou seja, 'Tudo tem um fim, só a salsicha tem dois.' E como tudo tem um fim, meu período de Presidência praticamente chega ao fim hoje, porque o mês de julho, sem a presença de Vossas Excelências, pelo menos se não for um mês 'morto', será um mês diferente, talvez até sem graça. O que ouvi hoje nesta sessão, até com certa surpresa - agradeço muito a Deus por ter vivido o suficiente para ouvir o que disseram os meus colegas -, serve como a consagração de uma vida. Por isso, muito agradeço aos meus colegas, aos funcionários deste Tribunal, e peço que Deus a todos guarde e proteja. Muito obrigado". Nada mais havendo a tratar, o Excelentíssimo Ministro Wagner Pimenta encerrou a sessão às doze horas e vinte e cinco minutos. Para constar, eu, Diretora-Geral de Coordenação Judiciária, lavrei esta Ata, que é assinada pelo Excelentíssimo Ministro Presidente Wagner Pimenta e por mim subscreta. Brasília, aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil.

WAGNER PIMENTA

Ministro Presidente

LUZIA DE ANDRADE COSTA FREITAS

Diretora-Geral de Coordenação Judiciária